

TVV - TERMINAL DE VILA VELHA S.A.

CNPJ/MF nº 02.639.850/0001-60 - NIRE nº 32300025196

Relatório da Administração - 4T22

Performance Operacional e Financeira: Volumes: Na movimentação de contêineres no 4T22 houve um resultado inferior em função da migração de cargas para outros portos dada a discrepância nos valores dos fretes marítimos na costa, impactando na competitividade do Terminal. No período comparativo, 4T21, foi um trimestre forte devido à retomada da economia após grande retração pelo início da pandemia. Na movimentação de carga geral, no 4T22, houve redução na movimentação devido a uma menor exportação de produtos siderúrgicos, causado pela baixa demanda. Ainda, houve um aumento na movimentação de veículos no TEV - Área 5, espaço destinado para a armazenagem e movimentação exclusiva de veículos - em função da regularização nas plantas de produção devido a chegada dos semicondutores, impactando positivamente o volume movimentado.

Receita Operacional Líquida (ROL): Houve a maior ROL para um quarto trimestre beneficiada pelo recorde na linha de receita dos serviços acessórios dado o incremento de operações de armazenagem e outros serviços, através da captura de novos projetos e cargas de alto valor agregado. **Custo dos Serviços Prestados (CSP):** Redução dos custos na linha de carga e descarga no 4T22 atrelado a redução dos volumes de carga geral. Por outro lado, houve o incremento na linha de pessoal em função do reajuste salarial (ACT) e aumento na linha de outros pelo efeito da depreciação com a entrada de novos ativos (2 MHCs), manutenção e custos de TI. **Investimentos:** No 4T22 ocorreram investimentos de capital no projeto de modernização e expansão da capacidade do TVV. **Endividamento:** Não houve emissão de novas dívidas em relação a dezembro de 2021.

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais - R\$)			
	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativos Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	126.497	126.994
Aplicações financeiras	4	18.299	19.313
Contas a receber de clientes	5	14.084	28.056
Estoques		4.558	3.990
Valores a receber de partes relacionadas	6	5.498	28.938
Tributos a recuperar ou compensar	7	17.894	25.012
Outros ativos circulantes		6.511	4.830
Total dos ativos circulantes		193.341	237.133
Ativos Não Circulantes			
Aplicações financeiras	4	-	773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	9.602	6.823
Depósitos judiciais	9	7.891	7.771
Outros ativos não circulantes		3	16
Valores a receber de partes relacionadas	6	-	37.369
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	9	88.174	70.029
Imobilizado	10	195.481	145.070
Intangível	11	5.429	5.278
Total dos ativos não circulantes		306.580	273.129
Total dos Ativos		499.921	510.262

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)			
	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Operações continuadas			
Receita líquida	18	319.114	265.543
Custo dos serviços prestados	19	(187.732)	(159.852)
Lucro Bruto		131.382	105.691
Despesas administrativas e comerciais	19	(19.310)	(15.373)
Outras receitas (despesa) operacionais, líquido		(2.636)	(610)
Resultado antes do Resultado Financeiro		109.436	89.708
Resultado Financeiro	20		
Receitas financeiras		20.402	3.655
Despesas financeiras		(40.993)	(10.788)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		784	349
		(19.807)	(6.784)
		89.629	82.924
Resultado antes dos Impostos		89.629	82.924
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(32.693)	(12.989)
Diferido		2.780	13.842
		(29.913)	853
		59.716	83.777
Lucro Líquido do Exercício		59.716	83.777
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas controladores		59.658	83.696
Acionistas não controladores		58	81
Resultado por Ação - Em Reais		16	8,57
Básico (centavos por ação)		16	3,86
Diluído (centavos por ação)		16	3,86

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais - R\$)			
	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		59.716	83.777
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	19	21.461	14.092
Imposto de renda e contribuição social	8	29.913	(853)
Provisão (reversão) para riscos e correção monetária		(412)	(824)
Juros, encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	22	42.915	8.905
Juros e encargos sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	6	(1.929)	(1.432)
Receita de aplicação financeira	20	(18.183)	(2.055)
Outros		(188)	(9.153)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		27.448	(13.865)
Estoques		(568)	(335)
Tributos a recuperar ou compensar		7.118	11.663
Outros ativos		(1.681)	(643)
Depósitos judiciais		(120)	(706)
Salários e encargos sociais		1.473	1.350
Impostos e contribuições a recolher		(31.126)	(14.890)
Fornecedores, provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas		(13.738)	(151)
Pagamentos de provisão para riscos		(2.155)	(3.377)
Outros passivos		105	(176)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		120.049	71.327
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	6	-	(72.756)
Amortização de empréstimos concedidos a partes relacionadas	6	3.916	86.048
Adições ao imobilizado e intangível	10 e 11	(57.225)	(24.762)
Aplicações financeiras	4	1.787	(18.856)
Caixa líquido (consumido) aplicado nas atividades de investimentos		(51.522)	(30.326)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Emissão de debêntures		-	243.575
Custos na captação de debêntures		(301)	(9.551)
Amortização de empréstimos e financiamentos		(21.189)	(47.741)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		(16.624)	(656)
Obrigações com arrendamento mercantil		(17.226)	(11.641)
Dividendos pagos		(13.684)	(102.437)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(69.024)	71.549
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(497)	112.550
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		126.994	14.518
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		126.497	127.068

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais - R\$)							
	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de Janeiro de 2021	15	48.894	102.537	7.384	-	-	158.815
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	83.777	83.777
Constituição de reserva legal		-	-	2.394	-	(2.394)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	27	(27)	-
Constituição de dividendos adicionais		-	(102.537)	-	-	(20.340)	(122.877)
Constituição de reserva de lucros		-	61.016	-	-	(61.016)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		48.894	61.016	9.778	27	-	119.715
Saldos em 1 de Janeiro de 2022	15	48.894	61.016	9.778	27	-	119.715
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	59.716	59.716
Proposta de destinação dos dividendos		-	(61.016)	-	-	(14.926)	(75.941)
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	-	11	(11)	-
Constituição de reserva especial		-	44.779	-	-	(44.779)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		48.894	44.779	9.778	38	-	103.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: O TVV - Terminal de Vila Velha S.A. ("Companhia" ou TVV) foi constituído em 2 de julho de 1998, tendo como objeto social a exploração comercial portuária. Suas instalações complementares e equipamentos destinados à movimentação de contêineres e carga geral diversa tiveram suas operações iniciadas em setembro de 1998. Conforme previsto no Edital de Licitação por Concorrência Nacional PND/MT/CODESA nº 01/98, em 10 de setembro de 1998, o TVV assinou com a Companhia Docas do Espírito Santo ("CODESA"), um contrato de arrendamento dos berços 203 e 204 do Cais de Capuaba no porto de Vitória - ES para a exploração portuária, por um período de vinte e cinco anos. Em 22 de setembro de 2020, o TVV assinou Aditivo ao Contrato de Arrendamento celebrado com a União Federal do Brasil em 1998, por intermédio do Ministério de Infraestrutura, prorrogando o prazo de vigência deste arrendamento portuário por mais 25 anos, ou seja, até setembro de 2048 e estabelecendo o compromisso de investimento inicial de aproximadamente R\$83 milhões para aquisição de novos equipamentos e sistemas para a melhoria da sua produtividade operacional. Além disso, ao longo do novo prazo contratual, serão aplicados aproximadamente R\$434 milhões para assegurar a manutenção, atualização e/ou substituição dos ativos necessários para a realização das suas atividades portuárias. De acordo com referido Edital, o TVV deverá cumprir as determinações requeridas pela CODESA (poder concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde advertência até a extinção do arrendamento. A Administração em 31 de dezembro de 2022 confirma que em seu melhor julgamento e entendimento das determinações do referido Edital as determinações foram cumpridas e que não existem penalidades a serem incorridas. O contrato de arrendamento prevê, quando da sua extinção, a reversão de bens, através de pagamento pela CODESA, das parcelas dos custos de aquisição de equipamentos e custos da construção das instalações arrendatárias, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido realizados com a prévia aprovação da CODESA. Adicionalmente, no início de 2021 o TVV assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo ("CODESA"), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES pelo prazo de 180 dias, renovado em 2022 por mais 180 dias, movimentando carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes. A Companhia é controlada pela Log-In Logística Intermodal S.A., uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, que tem suas ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo - B3 S.A. - sob o código LOGN3. Em 21 de janeiro de 2022, foi comunicada pela SAS Shipping Agencies Services Sári ("SAS") a liquidação do leilão da oferta pública voluntária ("OPA") para aquisição do controle da Log-In Logística Intermodal S.A. ("Log-in" ou "Controladora"). Como resultado da liquidação da OPA, a SAS se tornou titular de 75.320.695 ações ordinárias de emissão da Log-In, representativas de 71% do capital social da Controladora, excluídas as ações em tesouraria, e passou a ser controlador indireto da Companhia, na data da transação.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração e os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, total expectativa de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, entendem como adequada a premissa de adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com os saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa ("DFC"):** A Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos, quando aplicável, como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos pagos como atividade de financiamento. **2.5 Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. **a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** A partir de 1º de janeiro de 2022, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações: • Alterações à IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Referência aos arrendamentos na COVID-19 e a reforma da taxa de juros (fase 2); • Alterações à IFRS 3 (CPC 15) - Referência à Estrutura Conceitual; • Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Referência ao

Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido; • Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato; • Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020 - Alterações à IFRS 1 (CPC 37) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura. A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e exercícios comparativos. **b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** • Alterações ao IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros; • Alterações ao IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro; • Alterações ao IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro; • Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes; • Alterações à IAS 1 (CPC 26) e ao IFRS 2 (CPC 10) - Divulgação de políticas contábeis; • Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis; • Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Administração não espera que a adoção da norma acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, demonstrações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas sendo apresentadas a seguir:

Nota explicativa

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE") 05

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos 08

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro 08

Determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível 10/11

Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado 10

Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as obrigações com arrendamentos 9

Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências 14

4. Caixa E Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras: • Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa, mensurados ao custo amortizado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações: Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a companhia eleger de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

	31.12.2022	31.12.2021
• Composição de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	713	530
Aplicações financeiras	125.784	126.464
	126.497	126.994
• Composição das aplicações financeiras:		
Custo amortizado	18.299	20.086
	18.299	20.086
Circulante	18.299	19.313
Não circulante	-	773

5. Contas a Receber de Clientes: • Política contábil: As contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. As contas a receber são reconhecidas ao valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. • **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Ao mensurar as Perdas de Crédito Esperadas ("PCE") a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante pelo não pagamento de valores a receber de seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

</

★ continuação		Notas Explicativas da TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			
• Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL):					
	31.12.2022	31.12.2021			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	89.629	82.924			
Despesa de imposto de renda e de contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(30.474)	(28.194)			
Ajustes (efeito de 34%):					
Arrendamento mercantil	(45)	(63)			
Atualização monetária sobre tributos recuperados	-	15.431			
Diferenças temporárias (PIS e COFINS s/armadores estrangeiros)	-	13.396			
Outros	606	303			
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(29.913)	853			
Corrente	(32.693)	(12.989)			
Diferido	2.780	13.842			
• Composição:					
Tributos diferidos	31.12.2022	31.12.2021			
Balanco patrimonial - ativo (líquido):					
Diferenças temporárias (a)	9.602	6.823			
Total	9.602	6.823			
(a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas e provisões para riscos.					
9. Arrendamento Mercantil: • Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação. A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante ou não circulante, de acordo com os prazos das contraprestações. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia. Passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero. • Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.					
• Composição e movimentação dos ativos de direito de uso:					
	Terminal portuário	Equipamentos portuários	Total		
Custo					
Saldos em 31.12.2021	73.097	5.171	78.268		
Adições	15.697	9.820	25.517		
Saldos em 31.12.2022	88.794	14.991	103.785		
Amortização acumulada					
Saldos em 31.12.2021	(3.374)	(4.865)	(8.239)		
Adições	(2.945)	(4.427)	(7.372)		
Saldos em 31.12.2022	(6.319)	(9.292)	(15.611)		
Total	82.475	5.699	88.174		
Taxas médias de amortização	4,26%	16,67%			
• Composição e movimentação das obrigações com arrendamento mercantil:					
	31.12.2022				
Terminal portuário	85.302				
Equipamentos portuários	6.030				
Total	91.332				
Movimentação					
Saldos em 31.12.2021	72.119				
Adições	25.517				
Juros e encargos	10.922				
Pagamentos no exercício	(17.226)				
Saldo em 31.12.2022	91.332				
Circulante	3.024				
Não circulante	88.308				
• Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil:					
	31.12.2022				
2023	1.828				
2024	1.994				
2025	2.265				
2026 a 2048	85.245				
Saldo em 31.12.2022	91.332				
• Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor:					
	31.12.2022				
Despesas de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor	3.438				
• A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:					
Prazos dos contratos	Taxa % a.a.				
1 ano	18,27%				
4 anos	16,51%				
26 anos	10,00%				
• Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento:					
	31.12.2022				
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente			
Contraprestação do arrendamento	241.700	91.332			
PIS/COFINS potencial (9,25%)	22.357	8.448			
• Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação:					
Prazos de arrendamento mercantil	2022				
IFRS 16	91.332				
Nota Explicativa	96.620				
	5,79%				
Direito de uso líquido	2022				
IFRS 16	88.174				
Nota Explicativa	93.279				
	5,79%				
Despesa financeira	2022				
IFRS 16	6.550				
Nota Explicativa	6.929				
	5,79%				
Despesa de depreciação	2022				
IFRS 16	7.372				
Nota Explicativa	7.799				
	5,79%				
10. Imobilizado: • Política contábil: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>). Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e é reconhecido no resultado. • Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos não financeiros são					
avaliados para fins de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou indicadores de <i>impairment</i> .					
• Composição:					
	Taxas médias anuais	31.12.2022	31.12.2021		
Bens em operação:					
Edificações e Instalações	3% e 5%	90.467	88.383		
Máquinas e Equipamentos	5% e 10%	145.656	73.767		
Veículos	20%	4.907	357		
Móveis e Utensílios	10%	4.386	4.007		
Equipamentos de Informática	20%	19.335	19.881		
Outros bens	10%	1.167	1.423		
Total		265.918	187.818		
Depreciação acumulada		(134.381)	(123.703)		
Imobilizações em curso		63.944	80.955		
Total		195.481	145.070		
• Movimentação					
	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Demais bens	Imobilizações em curso	Total
Custo					
Saldos em 31.12.2020	84.656	75.746	24.683	6.309	191.395
Adições	-	-	-	82.767	82.767
Reclassificações	-	-	-	(2.912)	(2.912)
Transferência	3.838	210	1.161	(5.209)	-
Baixas	(111)	(2.189)	(176)	-	(2.476)
Saldos em 31.12.2021	88.383	73.767	25.668	80.955	268.773
Adições	-	-	-	66.762	66.762
Transferência no exercício	2.084	71.889	5.986	(83.772)	(3.813)
Baixas	-	-	(1.859)	-	(1.859)
Saldos em 31.12.2022	90.467	145.656	29.795	63.944	329.862
Depreciação acumulada					
Saldos 31.12.2020	(36.075)	(60.182)	(21.414)	-	(117.672)
Adições	(3.327)	(3.400)	(988)	-	(7.715)
Baixas	35	1.594	55	-	1.684
Saldos em 31.12.2021	(39.367)	(61.988)	(22.347)	-	(123.703)
Adições	(3.249)	(7.616)	(1.673)	-	(12.538)
Baixas	-	-	1.859	-	1.859
Saldos em 31.12.2022	(42.616)	(69.604)	(22.161)	-	(134.381)
Total	47.851	76.052	7.634	63.944	195.481
As principais imobilizações em curso em 31 de dezembro de 2022 são: • R\$39.253 decorrentes do projeto de Renovação do TVV.					
11. Intangível: • Política contábil: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.					
Sistemas de TI (software)					
	31.12.2022	31.12.2021			
Custo					
Saldos em 31.12.2021	10.760	10.301			
Adições	3.999	459			
Transferências	(172)	-			
Intangível em desenvolvimento	368	2.492			
Saldos em 31.12.2022	14.955	13.252			
Amortização acumulada					
Saldos em 31.12.2021	(7.974)	(7.022)			
Adições	(1.552)	(952)			
Saldos em 31.12.2022	(9.526)	(7.974)			
Total	5.429	5.278			
Taxa média de amortização	20%	20%			
Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de dezembro de 2022 são: • R\$368 relativos a substituição e modernização dos sistemas legados do TVV.					
12. Fornecedores e Provisões Operacionais: • Política contábil: Os saldos de fornecedores e provisões operacionais referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários e outros gastos operacionais e administrativos, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada exercício, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.					
• Composição:					
	31.12.2022	31.12.2021			
Fornecedores (a)	11.739	20.944			
Gastos com serviços administrativos	1.460	2.556			
Gastos operacionais	22.044	13.915			
	35.243	37.415			
Circulante	35.243	37.415			
(a) O aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se majoritariamente às aquisições decorrentes do Projeto de Renovação do TVV.					
13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: • Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.					
• Composição:					
	Taxas	Inde e Venci-mento	31.12.2022	31.12.2021	
Debêntures (a)	R\$	IPCA 6,86% Nov 2033	236.929	243.575	
Custo de emissão	R\$	- Nov 2033	(8.894)	(9.419)	
			228.035	234.156	
Circulante			22.518	20.780	
Não circulante			205.517	213.376	
(a) Em dezembro de 2021, o TVV realizou a liquidação da sua 1ª emissão de debêntures, assinada em novembro de 2021 no valor de R\$240 milhões, totalmente subscrito em dezembro de 2021. A emissão teve como finalidade a modernização de equipamentos essenciais às atividades portuárias. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, constituída por 240 mil (duzentos e quarenta mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2022 e a última parcela devida em 15 de novembro de 2033, ou seja, de 12 (doze) anos contratados da data de emissão em 15 de novembro de 2021.					
• Cronograma de amortizações do passivo não circulante:					
Parcelas vencíveis em	31.12.2022				
2024	20.538				
2025	20.538				
2026	20.538				
2027	20.538				
2028 a 2033	123.365				
	205.517				
• Movimentação					
Saldo inicial	234.156	47.852			
Emissão de debêntures	-	243.575			
Custos na captação de debêntures	(301)	(9.551)			
Juros, encargos e variação cambial de empréstimos e financiamentos	31.993	677			
Juros, encargos pagos e variação cambial Empréstimos e financiamentos	(16.624)	(656)			
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(21.189)	(47.741)			
Saldo final	228.035	234.156			
• Garantias: Debêntures - 1ª Emissão (TVV): - Alienação fiduciária de equipamentos do TVV; e - Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes. • Cláusulas de covenants: Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022. Debêntures - 1ª Emissão (TVV): - Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, do Resultado Financeiro Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil"; e - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") não inferior a 1,3. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, auferido por meio da seguinte equação, calculado com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício e auditadas por auditoria independente: ICSD = Geração de Caixa da Atividade/Serviço da Dívida. A Geração de Caixa da Atividade significa o resultado da diferença entre o EBITDA (definido acima) e o montante de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no exercício. 14. Provisões para Riscos e Passivos Contingentes: • Política contábil: Uma provisão é reconhecida quando uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos, quando forem necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado. • Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das suas operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos, a Administração constitui provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas. Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.					
• Composição das provisões para riscos prováveis:					
	Trabalhistas	Cíveis	Total		
Saldos em 31.12.2021	6.283	255	6.538		
Adições e Baixas	(644)	22	(622)		
Constituição/reversão correção monetária	166	44	209		
Pagamento	(2.122)	(33)	(2.154)		
Total	3.683	288	3.971		
- Trabalhista: reclamações de empregados pelo não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações					

★ continuação		Notas Explicativas da TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																			
<p>• Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou "impaired" é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às demonstrações históricas de inadimplência de contrapartes (veja divulgação da política de PCE da Companhia na nota explicativa nº 5). A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas classificações das agências de risco. • Gestão de risco: Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco mencionados a seguir no item "Risco de Mercado". Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle. • Risco de mercado: A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia não opera com aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no exercício social atual. Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes: (a) Risco de taxa de juros: Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está exposta ao CDI nos seus ativos circulantes:</p>		<p>representada pelas obrigações totais que a Companhia contraiu junto ao Sistema Financeiro deduzido da sua posição de caixa e equivalentes de caixa e as suas aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme tabela abaixo:</p>																																																																																			
<p>Índice de alavancagem financeira</p> <table border="1"> <tr> <td>Divida bruta</td> <td>228.035</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>(126.497)</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>(18.299)</td> </tr> <tr> <td>Divida líquida</td> <td>83.239</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td>48.894</td> </tr> <tr> <td>Relação dívida líquida/capital</td> <td>1,7</td> </tr> </table>		Divida bruta	228.035	Caixa e equivalentes de caixa	(126.497)	Aplicações financeiras	(18.299)	Divida líquida	83.239	Patrimônio líquido	48.894	Relação dívida líquida/capital	1,7	<p>31.12.2022</p>																																																																							
Divida bruta	228.035																																																																																				
Caixa e equivalentes de caixa	(126.497)																																																																																				
Aplicações financeiras	(18.299)																																																																																				
Divida líquida	83.239																																																																																				
Patrimônio líquido	48.894																																																																																				
Relação dívida líquida/capital	1,7																																																																																				
<p>(d) Risco de crédito: As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através da análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de rating. • Crêditos, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos: A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado. Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas: Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelas instituições financeiras, parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. • Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7: A Companhia apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O cenário base foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado conforme descrito a seguir: Dólar 5,28 (relatório Focus de 13 de janeiro de 2023) e CDI 13,56% a.a. (BM&F). A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seriam os seguintes:</p>		<p>• Varições nos passivos resultantes das atividades de financiamento: A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.</p>																																																																																			
<p>Indexador</p> <table border="1"> <tr> <td>Ativo</td> <td>31.12.2022</td> <td>31.12.2021</td> </tr> <tr> <td>CDI</td> <td>18.299</td> <td>20.086</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IPCA</td> <td>228.035</td> <td>234.156</td> </tr> </table>		Ativo	31.12.2022	31.12.2021	CDI	18.299	20.086	Passivo			IPCA	228.035	234.156	<p>Obrigações com empréstimos, empréstimos e debêntures</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>Obrigações com empréstimos, empréstimos e debêntures</th> <th>Empréstimos, empréstimos e debêntures</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>72.119</td> <td>234.156</td> <td>306.275</td> </tr> <tr> <td>Alterações que afetam caixa</td> <td>-</td> <td>(301)</td> <td>(301)</td> </tr> <tr> <td>Custos diretos de emissão de ações</td> <td>-</td> <td>(21.189)</td> <td>(21.189)</td> </tr> <tr> <td>Amortização empréstimos e financiamentos</td> <td>-</td> <td>(16.624)</td> <td>(16.624)</td> </tr> <tr> <td>Obrigações com arrendamento mercantil</td> <td>(17.226)</td> <td>-</td> <td>(17.226)</td> </tr> <tr> <td>Alterações que não afetam caixa</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Juros e encargos, líquidos</td> <td>10.922</td> <td>31.993</td> <td>42.915</td> </tr> <tr> <td>Adições arrendamento mercantil e outros</td> <td>25.517</td> <td>-</td> <td>25.517</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2022</td> <td>91.332</td> <td>228.035</td> <td>319.367</td> </tr> </table>			Obrigações com empréstimos, empréstimos e debêntures	Empréstimos, empréstimos e debêntures	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.119	234.156	306.275	Alterações que afetam caixa	-	(301)	(301)	Custos diretos de emissão de ações	-	(21.189)	(21.189)	Amortização empréstimos e financiamentos	-	(16.624)	(16.624)	Obrigações com arrendamento mercantil	(17.226)	-	(17.226)	Alterações que não afetam caixa	-	-	-	Juros e encargos, líquidos	10.922	31.993	42.915	Adições arrendamento mercantil e outros	25.517	-	25.517	Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.332	228.035	319.367																														
Ativo	31.12.2022	31.12.2021																																																																																			
CDI	18.299	20.086																																																																																			
Passivo																																																																																					
IPCA	228.035	234.156																																																																																			
	Obrigações com empréstimos, empréstimos e debêntures	Empréstimos, empréstimos e debêntures	Total																																																																																		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.119	234.156	306.275																																																																																		
Alterações que afetam caixa	-	(301)	(301)																																																																																		
Custos diretos de emissão de ações	-	(21.189)	(21.189)																																																																																		
Amortização empréstimos e financiamentos	-	(16.624)	(16.624)																																																																																		
Obrigações com arrendamento mercantil	(17.226)	-	(17.226)																																																																																		
Alterações que não afetam caixa	-	-	-																																																																																		
Juros e encargos, líquidos	10.922	31.993	42.915																																																																																		
Adições arrendamento mercantil e outros	25.517	-	25.517																																																																																		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	91.332	228.035	319.367																																																																																		
<p>Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 a Companhia não tem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas. (b) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descausamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surjam. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:</p>		<p>23. Cobertura de Seguros: A Companhia mantém seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, cujas coberturas são determinadas e contratadas em bases técnicas. Segue resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2022:</p>																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>De meses</th> <th>De 1 a 3 meses</th> <th>De 1 a 5 anos</th> <th>Mais de 5 anos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>11.739</td> <td>10.153</td> <td>641</td> <td>945</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos, empréstimos e financiamentos e debêntures</td> <td>228.035</td> <td>-</td> <td>22.518</td> <td>98.722</td> </tr> <tr> <td></td> <td>239.774</td> <td>10.153</td> <td>641</td> <td>23.463</td> </tr> </tbody> </table>			De meses	De 1 a 3 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fornecedores	11.739	10.153	641	945	Empréstimos, empréstimos e financiamentos e debêntures	228.035	-	22.518	98.722		239.774	10.153	641	23.463	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Risco US\$ 31.12.2022</th> <th>Cenário Base</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>USD 1.169</td> <td>6.100</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>USD -</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>PTAX</td> <td>5,22</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>5,28</td> </tr> </tbody> </table>			Risco US\$ 31.12.2022	Cenário Base	Contas a receber de clientes	USD 1.169	6.100	Fornecedores	USD -	-		PTAX	5,22			5,28																																															
	De meses	De 1 a 3 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos																																																																																	
Fornecedores	11.739	10.153	641	945																																																																																	
Empréstimos, empréstimos e financiamentos e debêntures	228.035	-	22.518	98.722																																																																																	
	239.774	10.153	641	23.463																																																																																	
	Risco US\$ 31.12.2022	Cenário Base																																																																																			
Contas a receber de clientes	USD 1.169	6.100																																																																																			
Fornecedores	USD -	-																																																																																			
	PTAX	5,22																																																																																			
		5,28																																																																																			
<p>(c) Risco de gerenciamento de capital: A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos e financiamentos de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 13. A dívida líquida da Companhia é</p>		<p>22. Informações para a Demonstração do Fluxo de Caixa:</p> <p>• Transações não envolvendo caixa:</p> <table border="1"> <tr> <td></td> <td>31.12.2022</td> <td>31.12.2021</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento mercantil</td> <td>25.517</td> <td>2.402</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado e intangível</td> <td>127.814</td> <td>58.464</td> </tr> <tr> <td>Dividendos propostos compensados com mútuo ativo de controlada</td> <td>35.528</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>188.859</td> <td>60.866</td> </tr> </table>			31.12.2022	31.12.2021	Arrendamento mercantil	25.517	2.402	Imobilizado e intangível	127.814	58.464	Dividendos propostos compensados com mútuo ativo de controlada	35.528	-		188.859	60.866																																																																			
	31.12.2022	31.12.2021																																																																																			
Arrendamento mercantil	25.517	2.402																																																																																			
Imobilizado e intangível	127.814	58.464																																																																																			
Dividendos propostos compensados com mútuo ativo de controlada	35.528	-																																																																																			
	188.859	60.866																																																																																			
<p>Valor Prêmio de Seguro</p> <table border="1"> <tr> <th></th> <th>Valor Prêmio de Seguro</th> <th>Vigência</th> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>936</td> <td>11/08/2021 a 18/08/2024</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>1.615</td> <td>74/29/09/2017 a 30/09/2024</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>745</td> <td>21/18/11/2019 a 18/11/2024</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>789</td> <td>9/13/05/2022 a 13/05/2025</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>652</td> <td>47/12/06/2019 a 12/06/2025</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>550</td> <td>12/18/09/2020 a 18/09/2025</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>140</td> <td>3/19/02/2021 a 19/02/2026</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>520</td> <td>10/18/05/2021 a 18/05/2026</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>132</td> <td>3/01/06/2021 a 01/06/2026</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Judicial</td> <td>221</td> <td>4/16/09/2022 a 16/09/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>14</td> <td>1/21/01/2022 a 21/01/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>14</td> <td>1/24/03/2022 a 24/03/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>14</td> <td>1/25/04/2022 a 25/04/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>14</td> <td>1/13/06/2022 a 13/06/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>1</td> <td>1/05/07/2022 a 05/07/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>14</td> <td>1/15/07/2022 a 15/07/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>14</td> <td>1/18/07/2022 a 18/07/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>32</td> <td>2/19/07/2022 a 19/07/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/01/08/2022 a 01/08/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/01/08/2022 a 01/08/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>3</td> <td>1/02/08/2022 a 02/08/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/04/08/2022 a 04/08/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/04/08/2022 a 04/08/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/11/08/2022 a 11/08/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/20/09/2022 a 20/09/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/21/11/2022 a 21/11/2027</td> </tr> <tr> <td>Seguro Garantia Recursal</td> <td>16</td> <td>1/16/12/2022 a 16/12/2027</td> </tr> </table>			Valor Prêmio de Seguro	Vigência	Seguro Garantia Judicial	936	11/08/2021 a 18/08/2024	Seguro Garantia Judicial	1.615	74/29/09/2017 a 30/09/2024	Seguro Garantia Judicial	745	21/18/11/2019 a 18/11/2024	Seguro Garantia Judicial	789	9/13/05/2022 a 13/05/2025	Seguro Garantia Judicial	652	47/12/06/2019 a 12/06/2025	Seguro Garantia Judicial	550	12/18/09/2020 a 18/09/2025	Seguro Garantia Judicial	140	3/19/02/2021 a 19/02/2026	Seguro Garantia Judicial	520	10/18/05/2021 a 18/05/2026	Seguro Garantia Judicial	132	3/01/06/2021 a 01/06/2026	Seguro Garantia Judicial	221	4/16/09/2022 a 16/09/2027	Seguro Garantia Recursal	14	1/21/01/2022 a 21/01/2027	Seguro Garantia Recursal	14	1/24/03/2022 a 24/03/2027	Seguro Garantia Recursal	14	1/25/04/2022 a 25/04/2027	Seguro Garantia Recursal	14	1/13/06/2022 a 13/06/2027	Seguro Garantia Recursal	1	1/05/07/2022 a 05/07/2027	Seguro Garantia Recursal	14	1/15/07/2022 a 15/07/2027	Seguro Garantia Recursal	14	1/18/07/2022 a 18/07/2027	Seguro Garantia Recursal	32	2/19/07/2022 a 19/07/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/01/08/2022 a 01/08/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/01/08/2022 a 01/08/2027	Seguro Garantia Recursal	3	1/02/08/2022 a 02/08/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/04/08/2022 a 04/08/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/04/08/2022 a 04/08/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/11/08/2022 a 11/08/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/20/09/2022 a 20/09/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/21/11/2022 a 21/11/2027	Seguro Garantia Recursal	16	1/16/12/2022 a 16/12/2027
	Valor Prêmio de Seguro	Vigência																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	936	11/08/2021 a 18/08/2024																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	1.615	74/29/09/2017 a 30/09/2024																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	745	21/18/11/2019 a 18/11/2024																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	789	9/13/05/2022 a 13/05/2025																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	652	47/12/06/2019 a 12/06/2025																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	550	12/18/09/2020 a 18/09/2025																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	140	3/19/02/2021 a 19/02/2026																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	520	10/18/05/2021 a 18/05/2026																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	132	3/01/06/2021 a 01/06/2026																																																																																			
Seguro Garantia Judicial	221	4/16/09/2022 a 16/09/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	14	1/21/01/2022 a 21/01/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	14	1/24/03/2022 a 24/03/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	14	1/25/04/2022 a 25/04/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	14	1/13/06/2022 a 13/06/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	1	1/05/07/2022 a 05/07/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	14	1/15/07/2022 a 15/07/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	14	1/18/07/2022 a 18/07/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	32	2/19/07/2022 a 19/07/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/01/08/2022 a 01/08/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/01/08/2022 a 01/08/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	3	1/02/08/2022 a 02/08/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/04/08/2022 a 04/08/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/04/08/2022 a 04/08/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/11/08/2022 a 11/08/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/20/09/2022 a 20/09/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/21/11/2022 a 21/11/2027																																																																																			
Seguro Garantia Recursal	16	1/16/12/2022 a 16/12/2027																																																																																			
<p>24. Eventos Subsequentes: • Supremo Tribunal Federal muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, que tratam sobre os limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado e Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado, respectivamente. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes perdem o efeito se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Nessa linha, a análise sobre os impactos advindos do julgamento dos Temas 881 e 885 passa pelo exame/confirmação de dois pontos: (i) existência de coisa julgada favorável, em ação individual vinculada a relação jurídica de trato continuado, reconhecendo a inconstitucionalidade da cobrança tributária; e (ii) superveniência de decisão desfavorável do STF, em repercussão geral ou controle concentrado, declarando a constitucionalidade da cobrança. Em relação aos processos judiciais tributários da Companhia, não foram identificados quaisquer impactos decorrentes do julgamento dos Temas 885 e 881, sobretudo porque todos ainda dependem de trânsito em julgado. A Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Companhia, ativos e encerrados, nenhum deles foram afetados pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral nº 881 e 885 pelo STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.</p>		<p>25. Aprovação das Demonstrações Financeiras: Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 08 de março de 2023, e quando aplicável, essas refletem efeitos contábeis decorrentes dos eventos subsequentes ocorridos até essa data de aprovação.</p>																																																																																			

A Diretoria Contadora: Vanessa Ferreira Barros - CRC-RJ - 106485/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores do **Terminal de Vila Velha S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Terminal de Vila Velha S.A.** ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Terminal de Vila Velha S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da Receita de "Container", Carga Geral e Serviços Acessórios ("Receita de serviços")** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da receita de serviços prestados provenientes de operações de cais, a armazenagem alfandegada e às movimentações de "container" e carga geral ("receita de serviços"). A Companhia contabiliza suas receitas de serviços (R\$319.114 em 31 de dezembro de 2022) considerando as condições contratuais assinadas entre a Companhia e seus clientes e de acordo com as obrigações de desempenho de serviços prestados aos clientes, conforme preconizado pelo pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Pelo reconhecimento da receita de serviços envolver julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita pela prestação do serviço, considerando premissas tais como período de prestação de serviços, condições contratuais entre as partes e extensão do consumo do benefício de serviços prestados e pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos do processo de reconhecimento de receita; (ii) Testes, em base amostral, por meio de análise de documentação suporte das receitas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 considerando suas especificidades contratuais, evidências da efetiva prestação do serviço e consumo do benefício do uso do serviço; (iii) Inspeção em base amostral da liquidação financeira por parte dos clientes dos recebíveis reconhecidos decorrentes da prestação do serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2022; (iv) Testes substantivos incluindo análise da documentação suporte quanto à medição do benefício do serviço prestado para a respectiva receita registrada próxima da data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ("corte" da receita); e (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas na demonstração financeira à luz do pronunciamento contábil CPC 47. Consideramos como resultado desses procedimentos de auditoria que os valores contabilizados de receitas de serviços são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros Auditores Independentes, os quais emitiram relatório de auditoria datado de 28 de março de 2022, sem opinião modificada. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC SP 013846/F
Monika Marielli Du Mont Collyer
Contadora
CRC 1 RJ 091300/O-6



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:2706515000130 - Em: 17/03/2023**

Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CONSULTA BRASIL RFB

Acesse: <https://verificador.iti.gov.br/> caso deseje validar a assinatura!

92 BALANCO TVV 1.pdf

Código do documento: 92



Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

Certificado Digital

E-mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Registro de Eventos:

17 mar. 2023, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 92

Criado por: Mariana Melim. **E-mail:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2023-03-16T21:01:00-0300

17 mar. 2023, 00:01:32 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-03-16T21:01:32-0300

17 mar. 2023, 00:02:01 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA:27065150000130

E-Mail: CARLOSHENRIQUE@NASSAU.COM.BR

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
CONSULTI BRASIL RFB

DATE_ATOM: 2023-03-16T21:02:01-0300

Hash do documento original

[SHA256]:0d75977571d90469c2a431c23b2534d387b6a27e8f5807acd91cd7755d5c7cd7

[SHA512]:cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB